



Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) 2025

Santander Brasil

Em atendimento à Resolução BCB nº 139 de 15/9/2021

risk pro

Sumário

03 Objetivo

04 Tabela GVR

Governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

08 Tabela EST

Estratégias utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático

13 Tabela GER

Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

17 Glossário



Objetivo

Este relatório descreve a estrutura de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas do Banco Santander Brasil, considerando o seu Conglomerado Prudencial, referente ao ano de 2025. O documento atende à Resolução BCB nº 139 de 15/9/2021 e aos itens previstos na Instrução Normativa BCB nº 153, de 15/9/2021.

O Santander entende que a adequada gestão dos riscos social, ambiental e climático é fundamental para a sustentabilidade dos negócios e para o relacionamento com clientes. A não observância desses riscos pode gerar impactos financeiros,

operacionais e reputacionais, incluindo redução do fluxo de caixa, perda de ativos, danos à imagem, riscos à saúde pública e degradação de ecossistemas.

A análise e o gerenciamento desses riscos orientam a estratégia de negócios, contribuem para a transição dos clientes para modelos mais sustentáveis e apoiam o cumprimento dos objetivos relacionados às mudanças climáticas. Dessa forma, atendem às expectativas de reguladores, supervisores e demais partes interessadas.



Tabela GVR

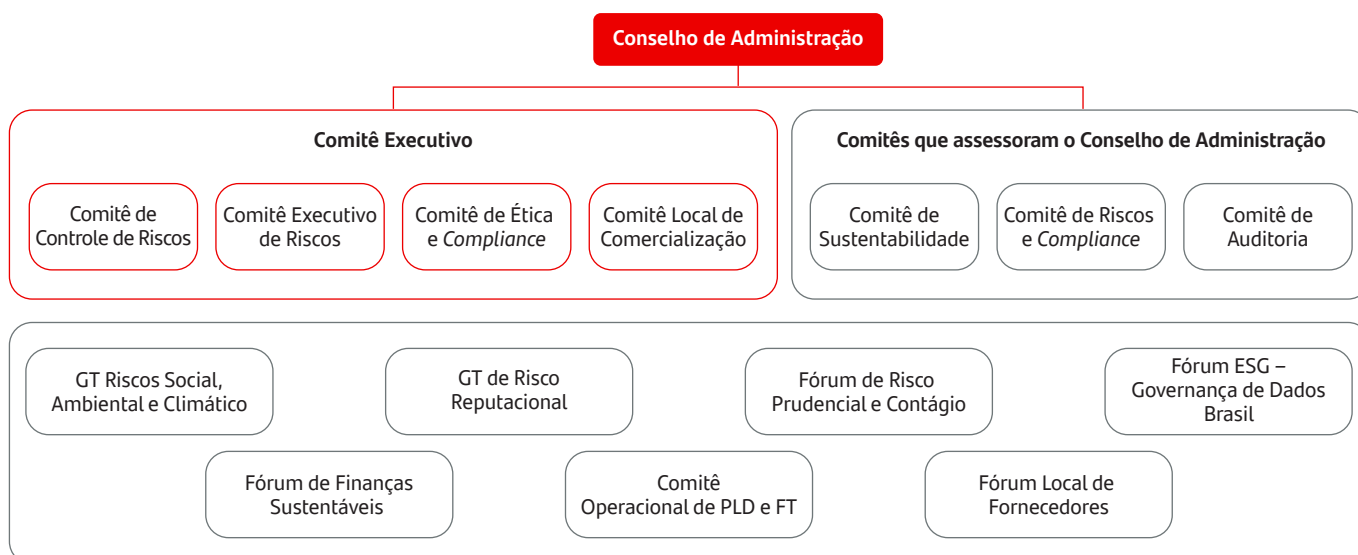
GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DOS RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

O Santander mantém uma estrutura de governança corporativa voltada ao tratamento adequado dos riscos e oportunidades relacionados à agenda social, ambiental e climática. Essa estrutura contempla instâncias responsáveis pela definição de diretrizes, supervisão e acompanhamento da gestão do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC).

O organograma a seguir apresenta essa estrutura.

Principais instâncias relacionadas à governança do RSAC

Contempla as informações previstas no item (a) da Tabela GVR



A estratégia de sustentabilidade é acompanhada pelo **Conselho de Administração (CA)**, com assessoramento do **Comitê de Sustentabilidade**. Os temas relacionados a riscos contam com uma camada de governança adicional: são acompanhados pelo **Comitê de Riscos e Compliance (CRC)** e pelo **Comitê de Controle de Risco (CCR)**.

O modelo de governança atribui papel relevante também ao **Comitê de Auditoria**, responsável por avaliar a conformidade dos processos relacionados à gestão de riscos e oportunidades. Além disso, prevê reuniões conjuntas dos Comitês de Sustentabilidade, de Riscos e Compliance e de Auditoria, com o objetivo de consolidar a visão sobre temas sociais, ambientais e climáticos e promover alinhamento entre estratégia, riscos e controles.

No plano executivo, a evolução da estratégia de sustentabilidade é supervisionada pelo **Comitê Executivo (COMEX)**, que recebe assessoramento de quatro órgãos no tratamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos: **Comitê de Controle de Riscos (CCR)**, **Comitê Executivo de Riscos (CER)**, **Comitê de Ética e Compliance** e **Comitê Local de Comercialização**.

O CRO preside o Comitê de Controle de Riscos (CCR) e ocupa a vice-presidência do Comitê Executivo de Riscos (CER). Ambos os comitês abarcam o RSAC.

Entre as principais atribuições do CRO, destacam-se:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação, o desempenho e o aperfeiçoamento da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Alinhar a RAS (*Risk Appetite Statement*), as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assessorando o Conselho de Administração.

A governança dos temas sociais, ambientais e climáticos conta ainda com fóruns e grupos de trabalho específicos, com participação de executivos de diversas áreas.

Atuação da estrutura de governança do RSAC

Contempla as informações previstas nos itens (b), (c) e (e) da Tabela GVR.

O avanço da estratégia social, ambiental e climática é acompanhado pelo **Conselho de Administração (CA)**, cujos membros analisam o tema ao menos uma vez ao ano e recebem treinamentos específicos. O CA também é o órgão responsável pela aprovação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). O CA, por meio dos comitês que o assessoram, acompanha os objetivos estratégicos relacionados aos aspectos sociais, ambientais e climáticos e, quando aplicável, as metas correspondentes, com base em reportes periódicos, indicadores, planos de ação e informações submetidas pelas instâncias de governança e de gerenciamento de riscos, para fins de supervisão, priorização e eventual direcionamento de medidas cabíveis.

O **Comitê de Sustentabilidade** atua como órgão consultivo, assessorando o CA na evolução da agenda social, ambiental e climática. Acompanha ainda a gestão de riscos e oportunidades relacionadas ao tema, bem como aderência das ações à PRSAC, desafiando o Banco a promover iniciativas alinhadas às melhores práticas. A agenda anual de reuniões ordinárias prevê encontros trimestrais, com pautas previamente determinadas, podendo haver convocações extraordinárias sempre que necessário. Em 2025, foram realizadas seis reuniões que trataram de temas como estratégias de sustentabilidade na originação de negócios, riscos climáticos e indicadores e métricas de sustentabilidade.

O **Comitê de Riscos e Compliance (CRC)** assessora o conselho de Administração (CA) em assuntos relacionados a políticas, diretrizes operacionais, metodologias de alocação de capital, gestão de risco e limites de exposição. O Comitê se reúne, ordinariamente, no mínimo quatro vezes por ano, e pode realizar reuniões adicionais conforme necessidade. Em 2025, o tema RSAC foi apresentado mensalmente no âmbito do **Relatório Estratégico de Riscos**, contemplando métricas relativas à carteira de clientes, ao atendimento regulatório e à evolução da gestão do risco climático no Santander Brasil.

O **Comitê de Auditoria**, previsto no Estatuto Social do Banco Santander, também atua como órgão de assessoramento ao CA. Dentre suas atribuições, destaca-se a avaliação da conformidade com as disposições normativas aplicáveis ao Banco, incluindo aquelas relacionadas à gestão do RSAC. O comitê se reúne mensalmente e sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

Duas vezes ao ano, os comitês de Sustentabilidade, Riscos e Compliance e de Auditoria realizam reuniões conjuntas para consolidar a visão sobre os riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas, considerando aspectos das três linhas de defesa.

Por fim, o **COMEX** supervisiona a evolução da estratégia de sustentabilidade e da gestão de riscos por meio de comitês específicos. Em relação aos riscos sociais, ambientais e climáticos, o COMEX é assessorado pelos seguintes comitês:

- **Comitê de Controle de Riscos (CCR):** gerencia o controle efetivo dos riscos, assegurando que sejam gerenciados de acordo com o nível de *Apetite ao Risco* aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê permite uma visão integrada dos riscos identificados no Marco Geral de Riscos, incluindo o RSAC;
- **Comitê Executivo de Riscos (CER):** gerencia a exposição a clientes, setores econômicos e tipos de risco, com poder

de decisão sobre propostas de riscos, como operações de crédito, inclusive em setores sensíveis, conforme políticas específicas. Quando aplicável, o parecer de RSAC é apresentado para deliberação;

- **Comitê de Ética e Compliance:** assessora nos processos de prevenção e mitigação dos riscos relevantes de *Compliance*, garantindo a observância dos princípios éticos, da legislação e das normas aplicáveis à Organização, incluindo aquelas relacionadas ao RSAC;
- **Comitê Local de Comercialização:** responsável por decidir sobre assuntos relacionados à comercialização de produtos e serviços no Grupo Santander Brasil. A avaliação de questões sociais, ambientais e climáticas é feita com participação das áreas de *ESCC Risk* e Sustentabilidade no processo de aprovação dos produtos e serviços.

Atuação específica na execução da estratégia de sustentabilidade

A governança dos temas sociais, ambientais e climáticos é complementada por fóruns e grupos de trabalho específicos, cuja finalidade é assegurar a execução da estratégia de sustentabilidade e o adequado gerenciamento do RSAC.

- **Grupo de Trabalho de Risco Social, Ambiental e Climático (GT RSAC):** coordenado pela área de Riscos, tem como atribuição monitorar a atuação do Santander nos temas relacionados aos riscos e oportunidades da agenda social, ambiental e climática. O grupo também acompanha projetos prioritários associados à conjuntura regulatória e institucional que envolve essa agenda;
- **Grupo de Trabalho Reputacional:** coordenado pela área de Riscos, realiza o acompanhamento de mídias, temas sensíveis e métricas relacionadas ao risco reputacional. Avalia situações com potencial risco reputacional associado ao RSAC e monitora temas sensíveis, como o plano de rastreabilidade de gado na Amazônia, reportes e relatórios de organizações não-governamentais (ONGs) e inclusões na lista de trabalho em condições análogas à de escravidão, entre outros acompanhamentos de clientes ou operações de crédito consideradas sensíveis;
- **Fórum de Finanças Sustentáveis:** responsável pela análise técnica das transações financeiras sustentáveis, assegurando sua aderência ao Sistema de Classificação de Financiamento e Investimento Sustentável (SFICS) do Santander. O Fórum atua como uma etapa adicional à avaliação sob a ótica de risco social, ambiental e climático, com o objetivo de preservar a integridade dos produtos de finanças sustentáveis, mitigar potenciais riscos, inclusive de *greenwashing*, e apoiar a originação de negócios sustentáveis junto aos clientes;
- **Fórum ESG – Governança de Dados Brasil:** coordenado pela equipe de Finanças, acompanha mensalmente as ações de governança de dados ESG. O objetivo é alinhar e dar visibilidade a temas que impactam a qualidade e a integridade dos dados. O Fórum trata questões relacionadas a controles, riscos, processos de auditoria e aderência a critérios corporativos, envolvendo as equipes locais responsáveis por informes institucionais, de mercado e regulatórios;
- **Fórum de Riscos do Conglomerado Prudencial e Contágio:** coordenado pela área de Riscos, tem o objetivo de ser um mecanismo eficaz de controle do risco das empresas do Conglomerado Prudencial e do perímetro de risco de contágio.

Dentre os temas acompanhados estão a gestão de riscos nas empresas do perímetro e acompanhamento de seus processos vinculados à Política de Gestão Integrada de Risco Social, Ambiental e Climático e a PRSAC;

- **Comitê Operacional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT):** responsável pelos direcionamentos estratégicos relacionados à investigação de situações suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. O Comitê também delibera sobre temas relacionados a crimes ambientais, caracterizados como

o uso de ambientes naturais para a prática de atos ilícitos associados à lavagem de dinheiro;

- **Fórum Local de Fornecedores:** coordenado pela área de Finanças, é um órgão deliberativo responsável por monitorar os processos de gestão de fornecedores do Banco e das empresas do perímetro de coligadas. O Fórum considera aspectos sociais, ambientais e climáticos e, quando pertinente, convoca a área de Sustentabilidade para deliberação conjunta.

Gestão em linhas de defesa

Essa estrutura de governança está alinhada ao modelo de três linhas de defesa, também aplicado ao gerenciamento do RSAC.

1ª Linha de Defesa

Abrange as funções de negócio e de suporte responsáveis pelos riscos gerados em suas atividades. Dada a complexidade, heterogeneidade e transversalidade do RSAC na Organização, a gestão de risco é feita em dois eixos:

- **Áreas de negócios:** responsáveis pelo RSAC originado em seu âmbito, o que envolve sua relação com os clientes e operações sob sua gestão;
- **Áreas de estratégia e suporte:** por direcionarem os negócios em temas sociais, ambientais e climáticos, determinadas funções têm melhor visibilidade e especialização sobre a exposição ao RSAC e sustentabilidade, atuando por meio de reportes, direcionamentos e suporte às áreas de negócios. Incluem-se nesse grupo as áreas de Sustentabilidade; Relações Institucionais e Governamentais; Experiência e Impacto Sociocultural; Vice-Presidência de Pessoas & Ouvidoria; e Riscos de Fornecedores e de Agronegócios.

2ª Linha de Defesa

Constituída pelas áreas de Riscos e Compliance, compreende as funções de controle de riscos. Nesse papel, está incluída a área de ESCC Risk – Environmental, Social and Climate Change. Dentre as responsabilidades da área, destacam-se:

- Avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático dos clientes dos segmentos Atacado e Empresas 3, conforme critérios estabelecidos em políticas internas;
- Análise de projetos, garantias e operações de agronegócio sob a ótica de risco socioambiental e climático;
- Gestão dos normativos dos riscos social, ambiental e climático relacionados a outros tipos de riscos;
- Suprir outras equipes de informações técnicas sobre o tema, emitindo pareceres, participando de comitês, envolvendo-se em decisões ou encaminhando informações coletadas em suas análises, quando necessário;
- Monitorar os RSAC quanto à sua transversalidade e impactos;
- Elaborar propostas de tolerância ao RSAC e monitorar os limites de riscos;
- Realizar exercícios de teste de estresse climático;
- Assegurar a adequada comunicação e reporte à alta direção e ao Conselho de Administração por meio dos órgãos de governança estabelecidos.

3ª Linha de Defesa

Representada pela Auditoria Interna, avalia regularmente as políticas, metodologias e procedimentos relacionados à gestão de riscos, garantindo que estejam adequadamente implementados, atuando como último nível de controle.

As funções de controle dos riscos, de Compliance e de Auditoria Interna são independentes entre si e das respectivas funções sob seu controle ou supervisão. Tais áreas têm acesso ao Conselho de Administração e aos Comitês competentes, conforme suas atribuições.

Dentre as principais funções que garantem a execução da estratégia e a adequada gestão do RSAC e sustentabilidade, destacam-se:

- **Vice-presidência Executiva Institucional:** responsável por liderar, entre outras, as áreas de Sustentabilidade e de Experiência e Impacto Sociocultural. Atua na coordenação das esferas ESG do Banco, abrangendo mudanças climáticas, meio ambiente, natureza e impacto social;
- **Vice-presidência Executiva Jurídico e Assuntos Corporativos:** responsável, entre outros temas, por liderar a área de Relações Institucionais e Governamentais, que conduz o atendimento a questões institucionais e regulatórias, como a PRSAC;
- **Vice-Presidência Executiva de Riscos:** responsável pela estrutura de riscos do Banco, incluindo a análise de risco socioambiental e climático nas operações de crédito, o atendimento às exigências regulatórias e a gestão integrada RSAC por meio da área de ESCC Risk;
- **Vice-Presidência Executiva de Corporate:** responsável por liderar a área de Negócios Sustentáveis, que atua de forma transversal na estruturação de operações e soluções voltadas a apoiar a jornada de transição dos clientes para uma economia mais inclusiva e de baixo carbono, em conjunto com as áreas de negócios e produtos;
- **Vice-Presidência Executiva de Finanças:** responsável por assegurar a governança e a confiabilidade dos dados ESG financeiros e não financeiros do Santander Brasil, bem como a aderência aos critérios corporativos, incluindo a análise e o reporte mensal dos resultados e das carteiras de operações sustentáveis do Banco.

Envolvimento dos Comitês Executivos e Conselho de Administração

Contempla as informações previstas no item (d) da Tabela GVR.

O Conselho de Administração e a Alta Administração participam da governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Esta gestão se utiliza de ferramentas institucionais e estratégicas que são integradas aos processos de aprovação e revisão instituídos na governança do CA e Comitês Executivos. As ferramentas institucionais e estratégicas que fazem parte deste processo são:

- **Apetite ao risco:** o Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por definir e supervisionar o cumprimento do Apetite ao Risco da Organização. A Declaração de Apetite ao Risco é atualizada anualmente e submetida à sua deliberação, contemplando uma declaração qualitativa que expressa o posicionamento da Alta Administração, incluindo o apetite do Banco ao RSAC.

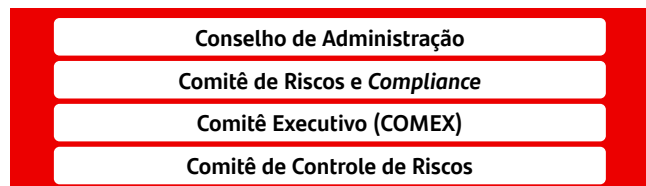
Adicionalmente, são estabelecidas métricas de concentração para setores específicos e métricas de qualidade da carteira que consideram aspectos sociais, ambientais e climáticos. Essas métricas são reportadas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Riscos e *Compliance* (CRC) e, quando excedem limites ou atingem níveis de alerta, são acompanhadas de planos de ação estruturados.

- **Exercício de *Emerging Risks*:** tem como objetivo identificar e avaliar potenciais ameaças internas e externas aos objetivos estratégicos e orçamentários do Santander. Esses riscos representam eventos que podem impactar o plano estratégico de médio e longo prazo, cujos efeitos não estão plenamente contemplados nos planos vigentes.

O exercício é realizado no mínimo trimestralmente e apresentado ao Comitê de Riscos e *Compliance* ao menos semestralmente. O RSAC é um dos eventos considerados nesse processo, por representar um fator que pode influenciar a estratégia da Organização. Além disso, as principais políticas de risco, incluindo a Política de Gestão de Risco Socioambiental e Climático e a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), são submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

- **Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP):** contempla todos os temas que integram a gestão de capital do Santander Brasil, incluindo cenários econômicos, metodologias e a governança dos riscos conhecidos pela Organização – entre eles os riscos sociais, ambientais e climáticos. O processo abrange ainda testes de estresse, plano de capital e planos de contingência de capital e liquidez, o que evidencia o comprometimento da Alta Administração com a avaliação prospectiva da adequação de capital.

Governança de aprovação ICAAP



- **Teste de Estresse:** desde 2022, o Santander realiza análises de cenários climáticos com o objetivo de avaliar os efeitos macroeconômicos decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono, bem como impactos locais associados a eventos físicos climáticos.

O exercício de estresse é conduzido a partir das seguintes etapas:

- Aplicação de um cenário macroeconômico, com reflexos nas projeções de balanço, demonstração de resultados (DRE) e capital;
- Avaliação de impactos na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), considerando a probabilidade de ocorrência de riscos físicos associados a eventos climáticos extremos, como estresse hídrico, ondas de calor e secas.

Esses exercícios são incorporados ao ICAAP e submetidos a todas as instâncias de aprovação, incluindo o Conselho de Administração.

- **Plano de Contingência de Liquidez e Capital:** as estratégias de recomposição de capital e liquidez são avaliadas considerando os cenários incorporados ao ICAAP, incluindo o cenário climático utilizado nos testes de estresse, de forma a assegurar a resiliência financeira da Organização em condições adversas.

- **Plano de Capital:** o Santander possui uma estrutura para monitorar os riscos e fatores de risco associados à evolução dos negócios no curto, médio e longo prazos. É atribuição da Vice-Presidência de Riscos identificar, mensurar, controlar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos, de acordo com o Apetite ao Risco estabelecido pela Alta Administração.

No curto e no médio prazo, as principais ferramentas do Banco para integrar riscos e estratégia de negócios são o orçamento do ano corrente, conhecido como PPTO (horizonte de um ano), o Plano Estratégico Plurianual (X-XX), baseado na estratégia de longo prazo do Banco (S-XX), e o ICAAP em cenários normal e adverso (projeção de balanço, riscos tradicionais de Pilar I e II, riscos emergentes, P&L, capital, apetite ao risco e estratégia fiscal para os próximos três anos). Todos os exercícios utilizam os cenários macroeconômicos e as variáveis da função de Modelagem de Cenários Econômicos.

- **Políticas para a gestão de continuidade de negócios:** o Marco Corporativo de Situações Especiais, aprovado pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios e diretrizes para a identificação, preparação e gestão de situações de crise. A partir desse marco, foi definido o Modelo de Gestão de Situações Especiais, que descreve as responsabilidades do Conselho de Administração e as funções dos Planos de Administração de Crise (PAC), incluindo a consideração dos aspectos relacionados ao RSAC.

- **Política de Remuneração:** busca promover a melhoria contínua no desempenho dos colaboradores, preservando o interesse dos acionistas e estimulando o comprometimento dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais colaboradores. O objetivo é estabelecer critérios de remuneração que reconheçam o alto desempenho e ao mesmo tempo evitem comportamentos indesejados.

Dessa forma, o Banco atua de forma ativa para não incentivar atitudes que elevem o risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos. As regras preveem pagamento diferido com possibilidade de aplicação de cláusulas de *Clawback*¹ e *Malus*², mecanismos associados ao cumprimento de normas internas e exposição ao risco. Também é incentivada a meritocracia, diferenciando as contribuições individuais das áreas no cumprimento dos objetivos e na execução das estratégias do negócio.

O Programa de Remuneração Variável Anual (PPG), ao qual os executivos são elegíveis, contempla indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo cinco indicadores ESG, que abordam os temas de diversidade, empoderamento financeiro, financiamentos verdes, mudanças climáticas e governança de dados. No PPG, o Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Remuneração, realiza uma avaliação qualitativa de cada métrica quantitativa. Este processo considera como o objetivo foi alcançado e outros aspectos relevantes.

¹ Conhecida como "cláusula de reversão", é uma disposição opcional, dos contratos de trabalho ou acordos de compensação dos executivos da administração, de forma a proteger os interesses das empresas. ² A instituição poderá reduzir total ou parcialmente o montante da remuneração variável que tenha sido objeto de diferimento e cujo pagamento ainda não constitua um direito adquirido.

Tabela EST

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO TRATAMENTO DOS RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Definição dos Riscos Social, Ambiental e Climático

Contempla as informações previstas no item (a) da Tabela EST.

O RSAC é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Organização decorrentes de questões sociais, ambientais e climáticas, inclusive de natureza reputacional.

A seguir detalhamos a definição do RSAC e os principais eventos associados a esses riscos, que podem ser identificados nos negócios do Santander e gerenciados com base nos critérios de relevância e proporcionalidade.

Risco Social

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco Santander decorrentes de eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse coletivo. Exemplos de eventos de risco social que podem ser identificados nos negócios ou relacionados às partes interessadas incluem:

- Processos coletivos de assédio de diferentes naturezas;
- Práticas relacionadas ao trabalho em condições análogas à escravidão;
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil;
- Condições degradantes de trabalho entre fornecedores da empresa;
- Não observância da legislação trabalhista ou de normas regulamentadoras;
- Elevados níveis de acidentes de trabalho;
- Possíveis conflitos com comunidades vizinhas ou comunidades tradicionais.

Risco Ambiental

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco Santander decorrentes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Exemplos de eventos de risco ambiental que podem ser identificados nos negócios ou relacionados aos *stakeholders* da Organização incluem:

- Descumprimento da legislação ambiental aplicável;
- Práticas irregulares de gestão ambiental, resultando em poluição, multas e degradação ambiental;
- Aceitação pelo Banco de terrenos oferecidos como garantia com indícios de contaminação do solo;
- Risco reputacional associado aos setores e suas cadeias de suprimento relacionados ao desmatamento ilegal;
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa do meio ambiente;
- Desastres ambientais decorrentes de intervenção humana, como rompimento de barragens, acidentes nucleares ou derramamento de resíduos e produtos químicos;
- Potenciais riscos reputacionais decorrentes da associação da marca Santander com degradação ambiental.

Risco Climático

O risco climático corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas para a Organização decorrentes de eventos relacionados às mudanças climáticas, abrangendo o risco de transição e o risco físico.

- **Risco Climático de Transição:** refere-se a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases. Esses eventos podem estar relacionados, entre outros fatores, a:
 - Alterações em legislações, regulamentações ou políticas públicas associada à transição para uma economia de baixo carbono;
 - Inovações tecnológicas que impactem negativamente determinados setores ou modelos de negócio;
 - Riscos de litígio relacionados à suposta contribuição da Organização para intensificação das mudanças climáticas;
 - Alteração na oferta ou na demanda de produtos e serviços, associada à transição para uma economia de baixo carbono, que impacte negativamente a Organização.

Percepção desfavorável de clientes, do mercado financeiro ou da sociedade em geral, com impacto reputacional.
- **Risco Climático Físico:** refere-se a eventos associados a intempéries mais frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo decorrentes de mudanças em padrões climáticos, incluindo:
 - **Agudos:** condições climáticas extremas, como secas, inundações, enchentes, tempestades, ciclones, geadas e incêndios florestais; Reduções nos níveis dos reservatórios, impactando na geração de energia e nas perspectivas macroeconômicas;
 - **Crônicos:** alterações ambientais permanentes, como elevação do nível do mar, escassez de recursos naturais, desertificação e mudanças nos padrões de precipitação e temperatura.

Horizontes temporais

Os horizontes temporais adotados para a análise dos riscos social, ambiental e climático são definidos com base nas ações que compõem o planejamento estratégico do Banco e estão alinhados ao orçamento planejado. Para análises ad hoc, podem ser considerados períodos superiores a dez anos.

→ **Curto prazo:** até 1 ano

→ **Médio prazo:** de 1 a 5 anos

→ **Longo prazo:** de 5 a 10 anos

Conforme as características de identificação e gestão dos riscos social, ambiental e climático, estes podem ser avaliados em diferentes horizontes temporais, conforme abaixo:

	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Risco Social	✓	✓	
Risco Ambiental	✓	✓	
Risco Climático	✓	✓	✓

Processo de avaliação dos eventos de risco

As informações a seguir contemplam os itens (b) e (c) da Tabela EST.

As práticas de gerenciamento dos riscos social e ambiental têm como objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de eventos de risco no curto e no médio prazo, de acordo com critérios de relevância e proporcionalidade.

Identificação de eventos de curto e médio prazo

A identificação de potenciais perdas associadas ao RSAC, com horizontes temporais de curto e médio prazos, segue o processo estabelecido pela área de *ESCC Risk*, que realiza análises de clientes com base na Política de Risco Social, Ambiental e Climático. Essas análises permitem a identificação de riscos que possam gerar impactos negativos nas operações do Banco, com foco na prevenção e mitigação de potenciais perdas.

O escopo da análise é definido a partir da atividade econômica exercida pelo cliente e de sua segmentação no Banco. De acordo com a política interna, clientes dos segmentos Atacado (SCIB e Corporate) e Varejo PJ (Empresas 3) que atuem em Setores de Especial Atenção RSAC e possuam risco ou limite superior a R\$ 7 milhões devem ser submetidos à análise de risco socioambiental e climático, com emissão de parecer e atribuição de *rating* RSAC.

- A validade do *rating* RSAC varia conforme a atividade econômica do cliente. Para atividades classificadas como de alto risco, o *rating* possui validade de até 12 meses (curto prazo). Para atividades classificadas como de médio risco, a validade é de até 24 meses (médio prazo).

As análises são realizadas com base em questionário encaminhado ao cliente, estruturado para capturar informações nas seguintes dimensões: (i) gestão integrada; (ii) aspectos ambientais; (iii) aspectos sociais; e (iv) aspectos climáticos.

O questionário contempla informações gerais da empresa, como número de colaboradores, além de dados sobre práticas relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, gestão hídrica, entre outros aspectos. Também são avaliadas as práticas do cliente relativas à gestão de resíduos sólidos,

ALTO RISCO

- Prospecção e exploração de petróleo ou gás natural;
- Mineração;
- Metalurgia, siderurgia, ferro-gusa e galvanoplastia;
- Atividades madeireiras, serrarias, desdobramento de madeira, movelaria e comércio de madeira;
- Geração de energia;
- Indústria: fabricação de celulose, confecção de roupas e fabricação de cimento;
- Agricultura, cooperativas agrícolas e *traders* de soja;
- Criação de animais, frigoríficos e curtumes;
- Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos;
- Pesca e aqüicultura;
- Silvicultura, uso da biodiversidade e subprodutos florestais.

MÉDIO RISCO

- Produção e distribuição de gás;
- Movelaria;
- Transmissão e distribuição de energia;
- Indústrias que não se enquadram nos subsectores de Alto Risco;
- Saneamento, captação e tratamento de água e esgoto e reciclagem;
- Transporte aéreo, marítimo e rodoviário de cargas, exceto transporte de passageiros, terminais e depósitos;
- Construção civil em geral;
- Construtoras e incorporadoras.

tratamento de efluentes industriais, poluição do ar, do solo e da água, biodiversidade, segurança e saúde do trabalho e indícios de trabalho infantil ou em condições análogas à escravidão, dentre outros critérios dos âmbitos social, ambiental e climático.

A análise é complementada por informações provenientes de bases oficiais de órgãos competentes, websites dos clientes, notícias veiculadas na mídia e informes públicos. Quando necessário, são realizadas reuniões e visitas técnicas. A avaliação considera toda a abrangência geográfica de atuação do cliente, não havendo priorização ou exclusão de regiões como critério de análise, sendo a atividade econômica o principal fator considerado.

Para a avaliação do componente climático do *rating* RSAC, é considerada a robustez da gestão e a resiliência do cliente ao estresse hídrico, incluindo sua localização geográfica em otobacias e as práticas adotadas para o gerenciamento do uso da água em suas atividades.

A partir de 2023, passou a ser incorporada à análise dos clientes a avaliação dos níveis de risco climático físico e de transição, com base em *heatmap* elaborado pela WayCarbon, complementado por procedimento interno de análise de risco climático físico, que cruza dados públicos de eventos históricos com a localização dos ativos dos clientes analisados.

O *heatmap* considera o nível de risco, probabilidade de ocorrência e impacto, das atividades econômicas (CNAE), os horizontes temporais de 2030 e 2050 e as regiões geográficas, no caso do risco físico. A visão do risco relacionado aos clientes é incorporada à análise de forma qualitativa.

Para a análise de projetos e garantias, são requeridos documentos específicos para a identificação de possíveis riscos, conforme descrito a seguir:

- **Projetos:** a principal fonte de informação é a documentação de licenciamento ambiental e seus respectivos estudos socioambientais;
- **Operações enquadradas nos Princípios do Equador:** são observados os Padrões de Desempenho do Banco Mundial, que constituem um framework de boas práticas relacionadas à gestão socioambiental, reassentamento, povos tradicionais, patrimônio histórico, biodiversidade, saúde e segurança e relacionamento com as comunidades do entorno;
- **Garantias urbanas e rurais:** são avaliados aspectos que possam representar riscos no médio ou longo prazos, bem como alertas considerados impeditivos para a constituição da garantia. Nos imóveis urbanos, são analisados indícios de contaminação no próprio terreno ou em seu entorno e o potencial risco à saúde humana, além da existência de áreas verdes, riscos físicos e questões relacionadas ao direito minerário, critérios que também se aplicam aos imóveis rurais. Nos imóveis rurais, avalia-se ainda a existência de sobreposição com áreas embargadas, terras indígenas, territórios quilombolas, sítios arqueológicos, indícios de desmatamento, Florestas Públicas do tipo B e unidades de conservação, bem como a verificação do CPF ou CNPJ do cliente no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conforme a Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016. A atuação preventiva visa evitar que o Santander internalize imóveis que possam gerar custos de adequação e regularização ambiental;
- **Operações de crédito do Agronegócio:** para os segmentos Atacado e Varejo, o enquadramento técnico considera a metodologia de identificação de alertas socioambientais em áreas rurais para apoio à avaliação de RSAC. Os alertas abrangem, entre outros aspectos, sobreposição ou proximidade com terras indígenas, territórios de povos originários e comunidades quilombolas, além de embargos, indícios de desmatamento, sítios arqueológicos, Unidades de Conservação, Florestas Públicas tipo B e consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A identificação é realizada sobre a área objeto da operação, inclusive quando oferecida em garantia, por meio de ferramenta com dados georreferenciados, com base no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e em bases oficiais. Nos casos de maior complexidade, a análise é complementada pela área de ESCC Risk. Os pareceres podem ter validade de até um ano, e as operações permanecem sujeitas a monitoramento contínuo durante sua vigência.

Na ocorrência de novos alertas ao longo da vigência da operação, o cliente poderá ser acionado para prestar esclarecimentos. A depender da relevância do caso, a Governança de Alertas Socioambientais Agro poderá deliberar sobre as medidas cabíveis, incluindo, quando aplicável, o vencimento antecipado da operação, nos termos contratuais.

Identificação de eventos de médio e longo prazo

A identificação de potenciais perdas associadas ao RSAC, com horizontes temporais de médio e longo prazos, é realizada em nível estratégico e na gestão de carteira.

O Santander Brasil identifica concentrações em setores econômicos considerados materiais para os riscos social, ambiental e climático. Os resultados dessa avaliação de materialidade são acompanhados de forma gerencial e utilizados como atributo para a mensuração dos potenciais impactos financeiros associados a esses riscos.

No âmbito do Apetite ao Risco da Organização, são monitorados setores econômicos definidos globalmente como de maior exposição a riscos ambientais, regulatórios ou climáticos, entre outros critérios. Adicionalmente, é acompanhada a concentração por faixas de *rating* RSAC, métrica reportada desde 2024. O Apetite ao Risco é monitorado no Comitê de Controle de Riscos (CCR) e, em caso de métricas em nível de alerta ou extrapolação de limites, é também reportado ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA).

Perdas relacionadas ao risco de crédito

Os fatores sociais, ambientais e climáticos podem contribuir para a ocorrência de perdas de crédito. No entanto, considerando que não é possível atribuir tais perdas exclusivamente a aspectos de RSAC, o Santander adota critérios específicos para avaliar a vinculação entre esses fatores e a materialização das perdas.

Os níveis de associação entre impactos RSAC e perdas de crédito são avaliados conforme descrito a seguir:

- **Social:** identificação de operações em prejuízo decorrentes da inclusão do CNPJ do cliente no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores em condições análogas à escravidão. Trata-se de um dos critérios de maior relevância, uma vez que a inclusão nesse cadastro restringe o acesso ao crédito no mercado;
- **Ambiental:** identificação de operações em prejuízo decorrentes de embargos lavrados pelo IBAMA sobre propriedades vinculadas ao CNPJ do cliente. Embora tais situações possam gerar multas e restrições operacionais, observa-se que esse critério apresenta menor representatividade na vinculação direta com a perdas de crédito;
- **Climático:** identificação de operações em prejuízo após a ocorrência de eventos climáticos extremos. A partir da identificação do evento, é possível mapear clientes cuja capacidade de pagamento tenha sido deteriorada, podendo esse fator contribuir para a materialização da perda, em conjunto com outros aspectos.

Adicionalmente, são monitoradas operações em prejuízo dos clientes avaliados com *rating* RSAC mais elevado, o que pode representar um fator potencial de risco para a ocorrência de perdas.

Com base nos critérios adotados, no ano de 2025, 0% da carteira de crédito dos segmentos de Atacado e Varejo PJ do Santander apresentou perdas relacionadas ao RSAC.



Identificação e efeitos de eventos extremos

Eventos extremos são monitorados com o objetivo de identificar potenciais perdas ou danos à Organização. A área de ESCC Risk é responsável por classificar esses eventos e, quando identificada a potencial materialização dos riscos, definir a governança de reporte junto às áreas responsáveis pelos fatores de riscos envolvidos.

De forma integrada, a área de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) acompanha os eventos e, quando necessário, aciona comitês de crise responsáveis pelo monitoramento de indicadores de crédito, perdas e eventuais ações de apoio humanitário.

Eventos extremos

Eventos extremos são aqueles decorrentes de intempéris ou de atividades produtivas que causam grande impacto ambiental e/ou social. São eventos de repercussão nacional ou internacional, amplamente divulgados em veículos de imprensa e que podem acarretar pelo menos um dos danos listados abaixo, com lenta recuperação e demanda de grande volume de recursos.

- Poluição em larga escala (ex.: rompimento de barragem);
- Perda expressiva de diversidade biológica, habitat natural ou serviços ecossistêmicos (ex.: derramamento de petróleo);
- Paralisação de atividade econômica local (ex.: explosão de tanque de combustível, enchentes, inundações, deslizamentos, ciclones extratropicais);
- Grande número de mortes ou comprometimento da saúde da população local no curto ou longo prazo (ex.: explosão de fábrica de defensivos, enchentes, deslizamentos, ciclones extratropicais).

Integração do RSAC ao planejamento estratégico

O Grupo Santander define seu plano de atuação para os próximos anos com base em sua capacidade e perfil de risco, bem como na estratégia de longo prazo do Banco (S-XX). Para a execução dessa agenda estratégica, são definidos o Plano Estratégico Plurianual (X-XX), com horizonte de três anos, o Orçamento Anual (PPTO) e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), também com horizonte de três anos, avaliando de forma prospectiva a capacidade financeira e de capital da Organização.

As questões relacionadas ao RSAC são consideradas na elaboração dos planos estratégicos e avaliadas anualmente no âmbito do ICAAP. O Apetite ao Risco constitui ferramenta central no processo de definição da estratégia, na execução de operações de desenvolvimento corporativo e no planejamento dos negócios, devendo o plano estratégico manter consistência com os limites e diretrizes estabelecidos, inclusive aqueles relacionados ao RSAC.

Parte fundamental do Plano Estratégico Plurianual é o exercício de Planejamento de Capital, que visa avaliar a estratégia de capital mais adequada para assegurar a consistência com o Apetite ao Risco e a conformidade com os princípios regulatórios aplicáveis.

Emerging Risks

Adicionalmente, o Banco realiza o exercício de *Emerging Risks*, integrado ao Risco Estratégico, como ferramenta para identificação, mensuração e mitigação de potenciais ameaças internas e externas que possam impactar indicadores de rentabilidade, solvência e liquidez, bem como outros aspectos qualitativos relacionados aos planejamentos estratégicos (S-XX e X-XX).

Eventos sociais, ambientais e climáticos são considerados nesse exercício como fatores que podem agravar riscos existentes no médio e longo prazo, sendo acompanhados no âmbito da governança de riscos do Grupo Santander.

Cenários de risco climático

Contempla as informações previstas no item (d) da Tabela EST.

Junto da sua *Holding*, o Santander Brasil adota anualmente um cenário de transição e um cenário de risco físico, encaminhando-o no ICAAP para o Banco Central do Brasil.

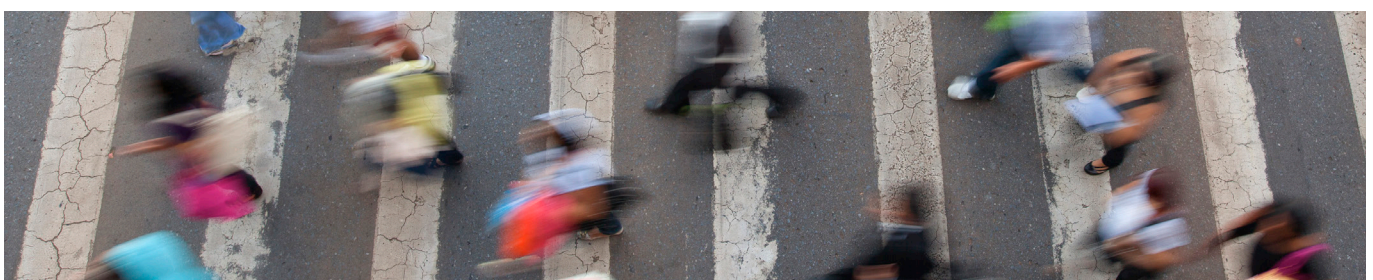
Cenário de Risco de Transição

Para alinhar-se às melhores práticas internacionais já incorporadas ao cenário de estresse adotado pelo Grupo Santander, o Santander Brasil se inspirou nos cenários publicados pelo NGFS (*Network for Greening the Financial System*).

O cenário utilizado foi o *Sudden Wake-Up Call* (SWUC), desenvolvido pelo NGFS, que avalia os impactos de curto prazo de uma transição climática abrupta, desencadeada por uma mudança inesperada nas preferências de política pública após um período de subprecificação dos riscos climáticos.

Nesse contexto, a implementação acelerada de políticas de mitigação leva a uma rápida realocação de capital, com perdas relevantes de valor em setores intensivos em carbono e aumento da volatilidade financeira.

Neste cenário, os efeitos macroeconômicos são predominantemente negativos e inflacionários. Observa-se desaceleração da atividade econômica e elevação do desemprego em relação ao cenário base, com impactos agregados moderados sobre o PIB (concentrado em setores mais expostos à transição), mas efeitos significativos e assimétricos entre setores. A inflação apresenta forte aumento no curto prazo, seguido de convergência gradual, mantendo as taxas de juros acima do cenário de referência ao longo do horizonte analisado.



Cenário de Risco Físico

Visando o cumprimento das exigências regulatórias locais, o Santander Brasil enriqueceu o cenário de estresse com um estudo de projeção de aumento de perda esperada para o portfólio do Atacado (SCIB e *Corporate*) relacionado a operações com grupos econômicos com atividade (CNAES) sensíveis ao risco físico (muito alta, alta, média e baixa sensibilidade).

O exercício realizado considera a ocorrência de eventos mais frequentes e intensos de estresse hídrico em 2026, impactando a qualidade de crédito da carteira relacionada aos setores e localidades mais impactadas por este tipo de evento.

Para esta avaliação, foi utilizada a ferramenta interna, que inclui 2 módulos de avaliação:

- **Vulnerabilidade:** indica a dependência do setor de atuação da empresa em relação à quantidade e à qualidade dos recursos hídricos;
- **Localização:** indica a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos na Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) onde a empresa está localizada, com base em 8 parâmetros: Disponibilidade hídrica superficial; Chuva; Disponibilidade hídrica subterrânea; Vazão média; Abastecimento urbano de água; Secas; Inundações; e Índice de Qualidade da Água (IQA).

Neste cenário, foi antecipada uma visão do cenário climático estressado de 2040, utilizando as seguintes variáveis:

- **Disponibilidade hídrica superficial (base 2020):** considera o cenário SSP5-8.5¹ de 2040 – valores disponibilizados pelo SNIRH (Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos);
- **Vazão média (base 2021):** considera o cenário SSP5-8.5 de 2040 – valores disponibilizados pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Tipo de risco	Cenário de referência
Risco de Transição	NGFS – SWUC
Risco Físico	IPCC – SSP5-8.5

Capacidade de adaptação

Contempla as informações previstas no item (e) da Tabela EST.

Com base no Planejamento Estratégico do Santander em cenário de normalidade, avaliado à luz do *Apetite ao Risco* e aprovado pelas instâncias superiores de governança, o Departamento de Modelagem de Cenários Econômicos elabora cenários conjunturais. A severidade desses cenários é definida de acordo com a magnitude dos impactos que crises econômicas poderiam gerar nos negócios do Santander Brasil, incluindo o cenário de estresse climático.

A partir das premissas macroeconômicas estabelecidas para cada cenário, é realizado o exercício de estresse com o objetivo de avaliar a capacidade da Organização de suportar situações adversas em termos de solvência e de atendimento aos limites regulatórios de capital e liquidez. Essas avaliações subsidiam a definição dos objetivos estratégicos do Banco, incluindo metas de rentabilidade e crescimento de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Após a elaboração do Planejamento Estratégico em cenário estressado, é verificada a aderência às métricas, limites e níveis de alerta do *Apetite ao Risco*. Em caso de desenquadramento, o planejamento pode ser revisado ou, conforme a natureza do impacto, podem ser propostas alterações na Declaração de *Apetite ao Risco* (RAS), com possíveis reflexos nas metas de rentabilidade e no consumo de capital das áreas de negócio.

Os resultados dos exercícios de estresse climático demonstraram a capacidade de adaptação do Santander aos cenários avaliados, uma vez que não foram observados impactos relevantes no planejamento de capital do Banco. Esse resultado reflete a diversificação do portfólio e reforça a adequação da atual estrutura de gestão do RSAC.

¹ SSP5-8.5, do conjunto de cenários do IPCC, como hipótese severa para a avaliação de risco climático físico. Esse cenário representa um futuro de emissões muito altas e é empregado para testar a sensibilidade da carteira, das operações e dos processos ao evento de estresse hídrico.

Tabela GER

PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Estrutura de gerenciamento do RSAC

Contempla as informações previstas no item (a), (d) e (e) da Tabela GER.

Por serem riscos transversais, os impactos do RSAC podem ser observados de forma integrada a outros fatores de riscos geridos pela Organização. O gerenciamento do RSAC ocorre por meio de processos estruturados de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Risco de Crédito

Identificação

- A deterioração da capacidade de pagamento das contrapartes pode ocorrer em decorrência de impactos sociais, ambientais e climáticos, afetando a qualidade creditícia e a capacidade de cumprimento das obrigações pactuadas. Os setores mais suscetíveis a esses impactos integram a lista Setores de Especial Atenção, detalhada na Tabela EST;
- Adicionalmente, os ativos oferecidos como garantia podem ser afetados por eventos ambientais ou climáticos, com potencial impacto em seu grau de suficiência.

Avaliação

- **Visão Cliente/Projeto:** especialistas da área de ESCC *Risk* realizam avaliações por grupo econômico, com atribuição de *rating* RSAC que se reflete na avaliação de crédito do cliente. Os critérios consideram relevância, proporcionalidade, setores mais expostos ao RSAC e segmentos definidos na Tabela EST;
- **Avaliação de Garantias:** a área de ESCC *Risk* emite pareceres técnicos sobre imóveis oferecidos como garantia e avalia o grau de suficiência das garantias diante da ocorrência de um evento extremo.

Gerenciamento

Inclui o monitoramento das concentrações de exposição a setores econômicos considerados expostos ao RSAC, bem como o acompanhamento de métricas de *Apetite* ao Risco em nível corporativo, com definição de limites e níveis de alerta para setores específicos.

Risco de Mercado e Estrutural

Identificação

O RSAC pode impactar o Risco de Mercado e Estrutural por meio da redução do valor de ativos financeiros decorrente da ocorrência de eventos sociais, ambientais ou climáticos.

Avaliação

- **Avaliação de cenário:** avaliação das posições da carteira *trading* e *banking* de acordo com cenário de estresse climático realizado pelo Departamento de Modelagem de Cenários Econômicos do Banco Santander.

Gerenciamento

Os resultados destas avaliações são submetidos à governança de riscos.

Risco de Liquidez

Identificação

O risco de liquidez associado ao RSAC é identificado a partir da exposição do Banco a setores, contrapartes e fluxos de caixa sensíveis a eventos sociais, ambientais e climáticos, observando-se potenciais saídas adicionais de recursos e maior demanda por liquidez em decorrência desses eventos.

Avaliação

- Identificação da exposição no passivo da Organização a setores expostos ao RSAC;
- Avaliação de cenários de estresse com aumento da demanda por liquidez por parte de empresas impactadas por eventos RSAC.

Gerenciamento

Os resultados das avaliações são reportados e acompanhados na governança de riscos.

Risco Operacional

Identificação

O RSAC associado ao Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos com potencial impacto à reputação, custos regulatórios e perdas financeiras. Eventos dessa natureza são relacionados a danos em imóveis próprios - Bens Não de Uso (BNDU), interrupção de funcionamento de estruturas operacionais e perdas relacionadas a processos administrativos e/ou judiciais.

Avaliação

- O Banco dispõe de políticas, estratégias e procedimentos específicos para avaliação do Risco Operacional associado ao RSAC, incluindo: Base de dados de perdas operacionais relacionadas ao RSAC;
- Consideração de aspectos RSAC em análises de cenários de eventos raros e de alta severidade;
- Mecanismos para identificação e monitoramento de riscos RSAC associados a fornecedores de serviços.

Gerenciamento

Para gerenciar o impacto dos RSAC relacionados ao Risco Operacional, são estabelecidos:

- Reporte de eventos de Risco Operacional;
- Estabelecimento e acompanhamento de controles internos relacionados ao atendimento da resolução CMN 4.943 e CMN 4.945;
- Plano de Administração de Crise (PAC): Estratégia de atuação em cenários de crise, em que o RSAC é considerado nas PACs de Blecaute, Desastre Físico, Desastre Natural e Risco Reputacional;
- Estabelecimento de condições mínimas nos contratos firmados pela Organização para mitigar o risco legal.



Compliance

Código Geral de Conduta

O Código de Conduta Ética descreve comportamentos e padrões que devem ser seguidos por todos os que integram o Grupo Santander. O documento aborda temas essenciais para uma cultura alinhada aos nossos princípios, incluindo o sigilo e a privacidade das informações, o respeito, a diversidade e a integridade. Seu amplo conhecimento e adesão são obrigatórios para todos os colaboradores. Não seguir o Código implica punições internas, demissão ou até mesmo processo judicial. Para garantir a compreensão de todas as normas, realizamos ações de treinamento e comunicação, coordenadas pela área de *Compliance* e/ou pelo Comitê de Ética e *Compliance*.

Canal ético (Canal Aberto Santander)

Defendemos uma cultura de trabalho aberta e honesta. Nosso intuito é promover um ambiente ético, responsável e transparente. A fim de garantir que as pessoas se sintam à vontade para se expressar de maneira franca e segura, o Canal Aberto Santander recebe denúncias (inclusive anônimas) sobre qualquer indício de ilegalidade envolvendo o Banco ou empresas coligadas. A plataforma está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e pode ser acessada por qualquer colaborador, fornecedor, cliente, acionista ou terceiro relacionado ao Grupo Santander. Todas as manifestações são recebidas e direcionadas pela área de *Compliance*, garantindo a confidencialidade e anonimato de quem entra em contato.

- São proibidas retaliação e discriminação, assim como qualquer outro tratamento injusto aos denunciadores. Isso não exclui a possibilidade de serem tomadas medidas disciplinares se uma investigação interna concluir que a denúncia foi maliciosa ou de má-fé. Realizamos periodicamente iniciativas de conscientização e/ou treinamento para que todos os colaboradores possam conhecer a importância do canal, suas características e funcionamento. Outros públicos são comunicados por meio dos canais institucionais do Santander.

Comitê Local de Comercialização (CLC)

O Comitê local de Comercialização é o órgão responsável pela aprovação de novos produtos e alteração de produtos existentes, com atribuição de decidir sobre assuntos relacionados a comercialização de produtos e serviços. O comitê aborda temas que podem gerar impacto tanto para o cliente quanto para o banco e é liderado pelo *Compliance*, com participação de áreas como Jurídico, Ouvidoria, Riscos, Sustentabilidade, Impacto Social, Operações e Varejo. A área de Sustentabilidade é responsável pela análise do alinhamento dos produtos com a estratégia e posicionamento do banco em temas de Sustentabilidade. A área de Impacto Social, por sua vez, assegura a inserção de educação financeira na jornada de produtos e serviços. O fluxo de aprovação de novos produtos é feito via sistema, onde as áreas aprovadoras, se necessário, adicionam condições obrigatórias para que o produto seja aprovado e comercializado.

Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT)

Identificação

Nos processos voltados à identificação de riscos associados ao uso indevido dos meios, produtos e serviços da Organização para atividades criminosas ou ilegais, são mapeados também eventos relacionados ao RSAC, de modo a incorporar essa dimensão às análises de prevenção e controle.

Avaliação e Gerenciamento

- **Know Your Client (KYC):** no processo de aceitação de relacionamentos comerciais, a atividade do cliente (relacionada, entre outros, com questões socioambientais) pode exigir diligência específica. Caso seja identificado algum indício de crime ambiental (processos ou mídia negativa), é solicitada a avaliação da área de *ESCC Risk*;
- **Crime ambiental:** no contexto de PLD-FT, é caracterizado como a utilização de ambientes naturais para realização de atos ilícitos/criminosos associados à lavagem de dinheiro. Para mitigar esse risco, monitoramos indicadores dos clientes a fim de identificar possíveis ações suspeitas. De acordo com as suspeitas levantadas no monitoramento ou provenientes de outros canais de denúncias, pode-se iniciar uma investigação ou implantar restrições preventivas que impeçam o início do relacionamento.

Os casos de maior relevância são investigados pela equipe especializada, e poderão ser submetidos ao Comitê Operacional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Combate ao Financiamento ao Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa (COPLD/CFPT) – que tem participação da área de *ESCC Risk* – para deliberação sobre a continuidade ou não do relacionamento, entre outras medidas previstas na legislação de PLD/CFPT vigente.

Risco Reputacional

Identificação

O Risco Reputacional associado ao RSAC é caracterizado como a possibilidade de impacto econômico negativo, real ou potencial, decorrente de uma percepção desfavorável do mercado, clientes ou sociedade em relação às práticas sociais, ambientais e climáticas do Banco. Trata-se de um risco transversal, derivado de outros fatores de risco, e pode decorrer, entre outros aspectos:

- Da associação da marca Santander a práticas socioambientais inadequadas de clientes, fornecedores ou parceiros;
- Do não cumprimento de compromissos assumidos pela Organização; e
- Do descumprimento de normas internas ou externas relacionadas ao RSAC.

Avaliação

A avaliação reputacional é realizada por meio de processos de monitoramento e *due diligence* de terceiros, conduzidos pela área de *Compliance* – Risco Reputacional, com base em fontes públicas e privadas, culminando na emissão de pareceres técnicos.

Gerenciamento

O Risco Reputacional associado ao RSAC é tratado no âmbito da governança padrão de riscos do Banco, com acompanhamento e deliberação pelas instâncias competentes.



Critérios para classificação de exposição ao RSAC

Contempla as informações previstas no item (b) e (f) da Tabela GER.

A classificação da exposição ao RSAC considera critérios relacionados ao setor econômico, à região geográfica e ao prazo médio das exposições, observando os princípios de relevância e proporcionalidade adotados pela Organização.

Setor econômico

A análise da exposição ao RSAC é realizada com base no Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Santander entende que determinadas atividades econômicas, especialmente aquelas enquadradas nos Setores de Especial Atenção RSAC, apresentam maior suscetibilidade à ocorrência de eventos sociais, ambientais e climáticos que, se não adequadamente geridos ou mitigados, podem resultar na materialização de riscos para a Organização.

A definição desses setores decorre da avaliação dos seguintes fatores de risco:

- **Risco Social:** elevado índice de ações trabalhistas, questões críticas relacionadas à saúde e segurança do trabalho, comprometimento de direitos humanos, não observância da legislação trabalhista, considerando tanto a atividade própria quanto a cadeia de valor;
- **Risco Ambiental:** gestão inadequada de resíduos e efluentes, contaminação do solo e de corpos hídricos, falhas na gestão da cadeia de valor, consumo excessivo de recursos naturais e descumprimento de normas ambientais e de licenciamento;
- **Risco Climático:** exposição a estresse hídrico, ocorrência de eventos climáticos extremos e riscos associados a mudanças regulatórias e a transformações no comportamento de mercado.

Região geográfica

A classificação do risco inerente à região geográfica é considerada tanto na visão cliente quanto na avaliação individual das garantias.

Visão cliente

A avaliação é realizada por meio de uma ferramenta que atribui uma pontuação ao cliente com base em sua exposição ao estresse hídrico e em sua capacidade de adaptação. Essa avaliação considera, entre outros fatores, a origem e o uso do recurso hídrico, as práticas de gestão e mitigação adotadas pelo cliente e a localização da operação na bacia hidrográfica correspondente.

Avaliação das garantias

Imóveis urbanos e rurais oferecidos como garantia são avaliados pela área de ESCC Risk com o objetivo de identificar aspectos que possam representar riscos no médio ou longo prazos ou configurar impeditivos à constituição da garantia.

Nos imóveis urbanos, são observados, entre outros fatores, indícios de contaminação e seu potencial impacto à saúde humana, bem como a existência de áreas verdes. Nos imóveis rurais, são avaliadas eventuais sobreposições com áreas embargadas, terras indígenas, quilombolas, sítios arqueológicos, unidades de conservação e indícios de desmatamento.

A atuação preventiva busca evitar a internalização de garantias que possam gerar custos futuros relacionados à adequação e regularização ambiental, incluindo a possibilidade de depreciação

do valor do imóvel por fatores associados ao RSAC, como a existência de atividades potencialmente poluidoras no local.

Prazo médio das exposições

O Santander analisa as exposições ao RSAC com periodicidade anual ou bienal, sempre com base nos critérios de relevância e proporcionalidade. Essa avaliação é realizada na perspectiva do cliente, e não por operação, exceto nos casos de operações vinculadas a projetos.

No caso de projetos originados pela área de *Project Finance*, operações que, em geral, apresentam prazos médios mais longos – a avaliação considera seu enquadramento, ou não, nos Princípios do Equador, sendo o RSAC é analisado de forma individualizada.

Adicionalmente, projetos originados em outras áreas, que não *Project Finance*, também podem estar sujeitos à diligência de RSAC, desde que atendam aos seguintes critérios:

- Sejam projetos novos, em setores sujeitos à análise social, ambiental e climática, conforme descrito na Tabela EST, nos segmentos Atacado e Empresas 3, e que não se enquadrem nos Princípios do Equador;
- Possuam localização única definida, incluindo construção de nova unidade, ampliação, modernização ou mudança substancial de função de unidade existente;
- Envolvam clientes com controle operacional efetivo do projeto, direta ou indiretamente;
- Prevejam que mais de 50% do valor da operação seja destinado a um único projeto; e
- Apresentem valor total consolidado da operação, incluindo fianças, igual ou superior a R\$ 35 milhões.

Em todos os casos, após a análise conduzida pela área de ESCC Risk, o parecer técnico favorável ou não à operação é encaminhado à área de Risco de Crédito e à área demandante (comercial ou produto). Quando aplicável, é apresentado um plano de ação para adequação às exigências socioambientais e climáticas.

Mudanças políticas, legais ou regulamentares

Contempla as informações previstas no item (c) da Tabela GER.

O Santander adota procedimentos estruturados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares associadas aos riscos climáticos de transição, bem como outros aspectos sociais e ambientais que possam impactar suas atividades, clientes e operações.

- **Relações Institucionais e Governamentais (Public Policy):** em coordenação com as áreas de Riscos, Sustentabilidade, Experiência e Impacto Sociocultural, Jurídico e demais áreas corporativas relevantes, realiza o monitoramento contínuo de proposições legislativas, iniciativas do Poder Executivo e atos normativos de órgãos reguladores, avaliando seus potenciais impactos regulatórios, reputacionais e de negócio. As análises subsidiam os processos internos de governança e de tomada de decisão. Quando identificados impactos relevantes ou oportunidades de aperfeiçoamento regulatório, a área atua de forma transparente e ética, inclusive por meio de interlocução com o poder público e participação em entidades representativas e fóruns setoriais, como a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a Federação



Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), entre outras;

- **Alterações em regulações do Banco Central do Brasil e Europeu:** as alterações regulatórias estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são monitoradas pela área de *Compliance*, que encaminha as novas normativas para avaliação das áreas responsáveis quanto ao grau de atendimento e à necessidade de definição de planos de ação.

A avaliação do cumprimento das exigências das regulações prudenciais do Banco Central do Brasil é conduzida pela equipe de *Enterprise Risk Management* – ERM, em conjunto com as áreas responsáveis pela implementação.

A área de Relações Institucionais e Governamentais também acompanha consultas públicas e demais iniciativas regulatórias, promovendo o alinhamento com as áreas de *Compliance*, Riscos, Jurídico e demais áreas envolvidas, com o objetivo de consolidar contribuições técnicas para encaminhamento às entidades setoriais e subsidiar o diálogo com reguladores.

- **Captura de mudanças setoriais:** as áreas de Admissão de Riscos-Atacado são capacitadas para identificar mudanças relevantes nos padrões de consumo, no comportamento de mercado e nas práticas setoriais que possam impactar o risco climático de transição. Com o objetivo de consolidar o conhecimento e compartilhar percepções sobre essas transformações, são realizados workshops periódicos com as áreas envolvidas, permitindo a incorporação dessas análises aos processos de avaliação e gestão de riscos;
- **Buscas em fontes públicas:** as áreas de ESCC Risk, Sustentabilidade e Relações Institucionais e Governamentais (RIG) compartilham, sempre que relevante, informações sobre mudanças regulatórias, em políticas públicas ou notícias oriundas de fontes públicas que possam impactar os negócios do Banco, contribuindo para a identificação tempestiva de riscos e oportunidades associados ao RSAC.

Mecanismos de gerenciamento integrado do RSAC

Contempla as informações previstas no item (d) da Tabela GVR.

A gestão integrada do RSAC no Santander é realizado de forma transversal, por meio da articulação entre políticas, processos, ferramentas e instâncias de governança que asseguram a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação desses riscos no âmbito do Conglomerado Prudencial.

As atividades conduzidas pela área de ESCC Risk e pelas demais áreas envolvidas utilizam, de forma integrada, os seguintes mecanismos:

- **Apetite ao risco:** constitui um dos principais instrumentos para o gerenciamento do RSAC, ao estabelecer o nível de tolerância da Organização a esses riscos. O acompanhamento é realizado por meio de métricas específicas, incluindo concentrações de exposição em setores econômicos relacionados ao RSAC. A partir de 2024, foram incorporadas métricas adicionais relacionadas à concentração por faixas de *rating* RSAC, ampliando a capacidade de monitoramento e gestão prospectiva do risco;
- **Teste de Estresse:** para avaliar os impactos potenciais de mudanças associadas ao risco climático, o Santander realiza exercícios de teste de estresse e análise de cenários climáticos, considerando tanto riscos de transição quanto riscos físicos. Esses exercícios subsidiaram a avaliação da resiliência da Organização em cenários adversos e integram os processos de planejamento estratégico e de capital. Detalhes sobre o teste de estresse estão disponíveis na tabela EST;
- **Gestão de Riscos nas Coligadas:** no âmbito da governança de Controle de Riscos das coligadas, é realizado o acompanhamento da gestão do risco socioambiental e climático aplicado às empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial. Essas empresas também são monitoradas por meio de métricas de *Apetite ao Risco* relacionadas ao RSAC. Em 2025, foi realizada uma reavaliação do perímetro de aplicação do RSAC nas coligadas, incluindo a revisão da metodologia para avaliação de empresas além do Conglomerado Prudencial no processo de análise;
- **Regulação Prudencial:** o Santander mantém acompanhamento contínuo das normativas prudenciais aplicáveis, incluindo aquelas relacionadas à gestão do RSAC, assegurando a aderência às exigências regulatórias e a incorporação tempestiva de novos requisitos aos processos internos;
- **Documentação:** considerando a natureza transversal do RSAC, a estrutura documental do Banco constitui um instrumento fundamental para formalizar processos, responsabilidades e diretrizes relacionadas à gestão desses riscos. Políticas, normativos e procedimentos internos são utilizados para assegurar consistência, rastreabilidade e alinhamento entre as diferentes áreas envolvidas.

Embora a área de ESCC Risk concentre a gestão do RSAC, as áreas responsáveis pelos fatores de risco associados, como Risco de Crédito, Mercado, Operacional, entre outros, mantêm funções, processos e instâncias de governança próprias, nas quais os temas são analisados e deliberados conforme suas atribuições específicas.

Glossário

Glossário

Conglomerado Prudencial

Segue os parâmetros e definições da Resolução 4.950/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Trata-se do conjunto de entidades que devem ser consideradas para fins de consolidação das demonstrações financeiras contábeis do Banco Santander Brasil S.A., na qualidade de líder do Conglomerado.

ICAAP

A Instrução Normativa 322 do Banco Central do Brasil, de 11 de novembro de 2022, define os critérios para o Processo Interno de Avaliação e Adequação de Capital (ICAAP, na sigla em inglês). De acordo com a IN 322/2022, o ICAAP compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. O plano de capital deve ser compatível com o planejamento estratégico da instituição.

Marco Corporativo de Situações Especiais

Os objetivos do Marco Corporativo de Situações Especiais e Resolução são estabelecer os princípios aos quais o Grupo deve aderir em relação à identificação, preparação e gestão de Situações Especiais e Resolução; definir as principais funções e responsabilidades sobre essas questões; estabelecer processos-chave; e determinar elementos essenciais de sua governança.

Marco Geral de Riscos

O Marco Geral de Riscos estabelece os princípios básicos comuns sobre a atividade de riscos em seu sentido mais amplo, identifica os processos-chave e define os papéis e responsabilidades para assegurar o efetivo desempenho e execução dos mesmos, além de fixar os elementos essenciais de governança.

P&L

Demonstrativo de Lucros e Perdas, do inglês *Profit & Loss Statement*.

PRSAC

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Relevância e Proporcionalidade

Sempre que mencionado, se trata da avaliação RSAC relacionada aos segmentos Atacado e Empresas 3.

RSAC

Risco Social, Ambiental e Climático.

Perímetro deste documento

A tabela abaixo contém a lista de empresas consideradas na elaboração deste relatório (perímetro), alinhada com a PRSAC, a qual foi definida a partir dos critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.945/2021, nº 4.943/2021, nº 4.950/2021, nº 4.968/2021 e na Circular SUSEP nº 666/2022.

Conglomerado Prudencial Santander Brasil:

- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
- Banco Bandepe S.A.
- Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.
- Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
- Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
- Arrendamento Mercantil Banco Hyundai Capital Brasil S.A.
- Banco RCI Brasil S.A.
- Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.
- Getnet Sociedade de Crédito Direto S.A.
- Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Supervisionadas SUSEP:

- Evidence Previdência S.A.
- Santander Capitalização S.A.



Créditos

Conteúdo | Storifica Comunicação

Diagramação | RGBLue Produções

Fotos | Arquivo Santander